



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS EM DESENVOLVIMENTO PERCEBIDAS NA COMPLEXIDADE DO GLOCAL

Carolina Mendes

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)
Portugal, carolina.babo@gmail.com

José Matias Alves

Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano (CEDH)
Portugal, matiasalvesucp.porto@gmail.com

Paulo de Carvalho

Universidade Agostinho Neto
Angola, paulodecarvalho@netcabo.co.ao

Resumo

Esta comunicação pretende analisar políticas públicas de ensino em Angola, concretizadas em práticas de cooperação para o desenvolvimento pós-2015, nomeadamente, as parcerias sociais estabelecidas entre o Estado angolano e organizações do segundo e terceiro sectores no âmbito da alfabetização de adultos em contexto profissional.

São abordadas algumas conclusões de um estudo realizado no âmbito de um doutoramento em Ciências de Educação, que à luz de uma Epistemologia Situada de Cooperação para o Desenvolvimento, entende que as políticas se manifestam a diferentes níveis, tais como, o mega sítio, o macro sítio e o meso sítio.

Conclui-se que tais parcerias sociais fazem sentido e tornam-se mais consistentes quando percebidas no âmbito de uma cooperação dialógica, onde as partes envolvidas apresentam determinadas disposições que os parceiros tendem a apresentar quando devidamente enquadrados numa rede local de parcerias e cujos resultados vão sendo evidenciados através de uma dinâmica circular glocal.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação; Parcerias Sociais; Epistemologia Situada de Cooperação para o Desenvolvimento; Cooperação Dialógica.

Abstract

This communication intends to analyze public policies of education in Angola, concretized in practices of cooperation to post 2015 development, notably, the social partnerships established between the Angolan Government and organizations of the second and third sectors in the context of adult literacy in a professional environment.

References are made to some conclusions of a study carried out within a PhD in Educational Sciences, which following the theory of a situated epistemology of development cooperation, understands that the policies are presented at different levels, such as mega site, macro site and the meso site.

It is concluded that such social partnerships make sense and become more consistent when understood in the context of dialogic cooperation, where the parties involved present certain provisions that partners tend to present when properly justified in a local network of partnerships.

Keywords: Public Policies of Education; Social Partnerships; Situated Epistemology of Development Cooperation; Dialogic Cooperation.

1. Introdução

A presente comunicação pretende dar a conhecer alguns resultados que aspiram ser contributos para a resolução de alguns dos problemas que a Cooperação para o Desenvolvimento (CD) tem enfrentado, nomeadamente, a existência de fluxos de práticas de cooperação para o desenvolvimento não contabilizadas internacionalmente, nomeadamente os fluxos de práticas de CD que acontecem *no*

e *pelo* Sul e que poderão ter impacto num contexto caracterizado por elevadas taxas de analfabetismo como é o caso de Angola.

Imbuídos num novo contexto internacional que se determina pelas novas agendas para o desenvolvimento, nomeadamente, a **Agenda 2030** das Nações Unidas que apela à responsabilidade de todos para trabalhar para o desenvolvimento e conseguir atingir os 17 ODS e a **Agenda 2063** da União Africana e que se baseia numa visão comum de longo prazo, num plano endógeno que pretende fazer renascer e transformar África, depreende-se que os novos atores da CD são todas as forças vivas *do* e *no* país interessadas no desenvolvimento.

Assim sendo, desenvolve-se a análise da atuação das empresas, os novos agentes de CD e as respetivas *parcerias sociais* que estas estabelecem com o governo angolano, no âmbito do Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE). Esta pesquisa propôs-se perceber estas parcerias em profundidade, conhecer as políticas enquadradoras, os atores e suas motivações para ação e entre outras, as vantagens e desvantagens dos parceiros que cooperam para o desenvolvimento. Pretende-se contribuir não só para um discurso *sulear*¹ de CD, assim como, para a descontração de estereótipos ou ideias feitas sobre CD.

Na última década, **em Angola** tem havido a consciência da mudança e a necessidade de mudar de paradigma (Lopes, 2012). Foi com o Acordo de Paz de Luena (2002) que as mudanças políticas e económicas contribuíram para que a sociedade civil se transformasse e que transferisse a sua atividade da ajuda de emergência, que depende em larga escala da ajuda internacional, para a eficácia do desenvolvimento. Não obstante, outros atores têm vindo a cooperar com Angola, nomeadamente, o sector privado que tem estabelecido relações com o governo que vão além das simples relações económicas, como é o caso das *parcerias público-privadas* de âmbito social, enquadradas numa política de responsabilidade social.

No que refere à cooperação internacional é tempo de ouvir as pessoas e “as pessoas querem não precisar de ajuda internacional. Elas querem viver política, social, ambiental e economicamente vidas seguras sem depender da ajuda externa. O que elas querem, portanto, da ajuda internacional é um sistema que suporte os

¹ O conceito *sulear* define a “intenção de dar visibilidade à ótica do Sul como uma forma de contrariar a lógica eurocêntrica dominante a partir do qual o Norte é apresentado como referência universal. *Sulear* significa construir paradigmas alternativos em que o Sul se coloca no centro” (Freitas, 2013).

processos locais para que ajuda externa venha a ser desnecessária” (Anderson, 2012, p.135).

Neste sentido, o objetivo desta comunicação é refletir e problematizar (1) as políticas e o papel do Estado na cooperação para um desenvolvimento situado e as parcerias sociais; (2) a noção de cooperação dialógica, as disposições para cooperar e abordar (3) uma epistemologia situada de cooperação para o desenvolvimento.

2. As políticas e o papel do Estado na Cooperação para um Desenvolvimento Situado e as parcerias sociais

No estudo realizado entende-se que as políticas acontecem e se estendem aos diferentes níveis sociais e políticos, tais como: o mega Sítio, o macro Sítio e meso Sítio.

Os **sítios** são entidades imateriais compostas pelo espaço cognitivo de pertencimento que estabiliza o caos social a que o ser humano se sujeita (Zaoual, 2010), o sítio influencia decididamente o comportamento individual e coletivo. Através deste pensamento pós-global capaz de responder à diversidade de cada contexto local é impossível transpor modelos de economia, administração e de desenvolvimento de um território para outro ou de cima para baixo, pois existirão modificações, alterações situacionais, com base em políticas e pensamentos idiossincrásicos². O local acaba por interpretar o global de acordo com os estímulos que recebe.

Neste sentido, tal como se poderá ver na figura 1, a ação dialógica de um Estado cooperativo descreve-se pela dinâmica que se desenvolve entre os três sítios (Panhuys, 2006) onde as políticas podem ocorrer, nomeadamente: (1) o **mega Sítio** onde se alocam as instituições internacionais, política mundializada, políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento; (2) o **macro Sítio** onde se encontram as instituições governamentais, macropolíticas – ação do Estado e (3) o **meso Sítio** onde se alocam diversas cidadanias ativas (instituições religiosas; ONG; empresas; fundações,...) de natureza diversificada, com intuítos diversos e que interagem em

² Pensamentos com base em idiossincrasias culturais, ou seja, hábitos e pensamentos característicos do povo angolano.

parcerias sociais para trabalhar em conjunto num assunto e/ou para resolver um problema comum que os afeta no *situ* (ou sítio) através de práticas de CD.

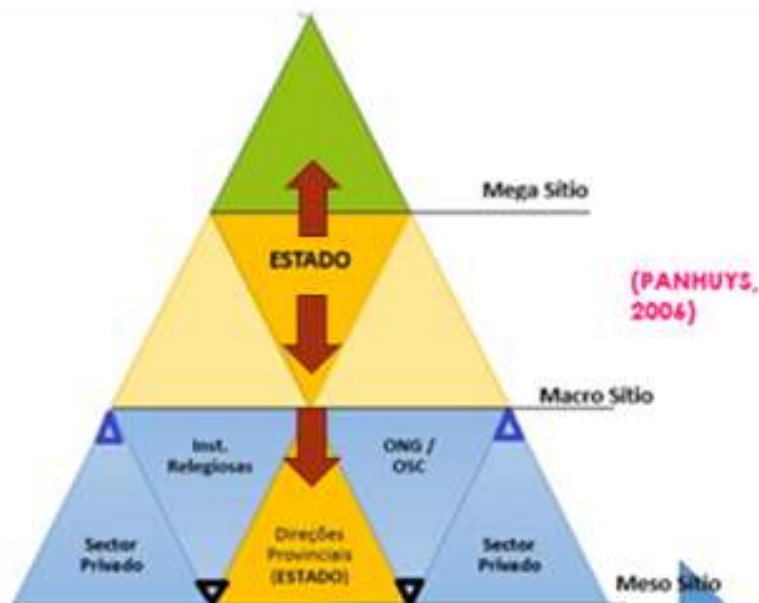


Figura 1 – O papel do Estado na Cooperação para um Desenvolvimento Situado

O estudo realizado evidencia que o Estado angolano ascende a um **nível mega** e de acordo com as suas intenções políticas assume os compromissos internacionais. No presente caso, entre outros compromissos, assume as resoluções da CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos) que orientam os países em vias de desenvolvimento no sentido de reduzir a taxa de analfabetismo em 50% e os ODM, agora ODS. Subentende-se alguma urgência em cumprir tais compromissos, pois de acordo com as metas assumidas, em 2015 teriam que atingir uma taxa de alfabetização de 76% o que não aconteceu e tais resultados acabam por ser projetados para 2017.

Neste sentido há incontornavelmente, por parte do Estado, vontade política em cumprir os compromissos internacionais. Tal facto evidencia-se não só pelos documentos oficiais que assumiram tais metas, assim como, por uma ação política e pedagógica empenhada, uma vez que, para além de mantere as políticas e os programas acionados, o governo vai introduzindo no sistema de educação para adultos modalidades que contribuem para a superação das estatísticas nacionais

previstas. Por exemplo, no seu Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização 2012-2017 (MED, 2012) o governo perspectiva alfabetizar quinhentas mil pessoas por ano, no entanto em 2014, com a introdução do método *Sim, Eu Posso* e o aumento de alfabetizadores/facilitadores, segundo o *Balanço Anual da Educação de Adultos 2014* (MED, 2014), o número de alfabetizandos aumentou para cerca de oitocentos mil por ano (81,7%). Contudo, será necessário problematizar tais estatísticas que resultam de **ações políticas urgentes de números**, formulando questões como: que programas são estes que foram introduzidos, como atuam e como conseguem um aumento tão significativo de alfabetizandos? Quem são estes facilitadores que entram no sistema? Como é que estas estatísticas são recolhidas, que significado têm? Por exemplo, o método *Sim, Eu Posso* qualquer que seja o grau académico do facilitador (muitas vezes muito baixo) ou respetivo ritmo o resultado está sempre garantido, até porque está previsto que este seja auxiliado por material audiovisual. O problema é que no terreno, essencialmente, no interior do país nem sempre existem as condições ideais necessárias, nomeadamente, eletricidade e/ou o combustível para que o gerador assegure o funcionamento desse equipamento. O mesmo acontece às estatísticas, pois ter-se-á que questionar o significado dos números canalizados para o PAAE, pois alguns números poderão referir-se não só a adultos ou jovens acima dos 15 anos, tal como prevê o programa, mas também por indivíduos (com doze ou mais anos) e que não encontram resposta educativa no sistema de ensino regular para a sua idade, acabando por ser uma estratégia de aceleração do que propriamente de alfabetização. Estas são questões que nos levam a refletir sobre a quantidade vs. qualidade da alfabetização. Apesar de tudo é de referir que o PAAE é um programa que está a fazer a diferença, mesmo sem receber financiamento de instituições internacionais.

Numa situação a um **nível macro** o Estado angolano de acordo com as suas intenções políticas vê-se não só com um programa nacional a cumprir, assim como, se vê pressionado ou influenciado a cumprir os compromissos assumidos ao nível mega. Numa *perspetiva sitológica*, esta influência não é mais do que um estímulo externo que acaba por ser digerido, ou seja, modelado ao contexto local e tais metas auxiliam a conceptualização das políticas nacionais de desenvolvimento, entre outras, as presentes nos documentos oficiais como: o *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017* (MPDT, 2012) e a *Estratégia Nacional de Combate à Pobreza*.

Neste sentido, o governo afirma que a minimização da pobreza se relaciona com a alfabetização, pois ao diminuir as taxas que representam o número de pessoas não escolarizadas, simultaneamente, reduz-se os índices de pobreza. De referir que no discurso político há o risco de se usar a educação como panaceia para todos os problemas, no entanto, segundo o estudo realizado, a educação em Angola ainda possui este papel impulsionador do desenvolvimento. Além do mais a Declaração de Incheon (2015) reforça que em contextos em desenvolvimento, a educação continua a ser a pedra angular para a resolução de problemas e tem um papel primordial na ativação do desenvolvimento. É neste sentido que o governo refere que o programa de alfabetização não está só a ensinar a ler e escrever e destaca, simultaneamente, o papel diferenciador dos parceiros na concretização do programa. Isto porque a ação dos parceiros acaba por introduzir, entre outros elementos no quadro do programa, aspetos novos e enriquecedores como é o caso do empreendedorismo relativo ao trabalho com mulheres e que se relaciona com o abrir ou gerir o seu negócio contribuindo assim para a minimização da pobreza.

Com o intuito de concretizar tais políticas públicas de desenvolvimento, numa terceira situação a um **nível meso**, encontra-se o Estado que se desdobrou e se faz representar pelas Direções Provinciais de Educação (DPE) no local. Com o desígnio de concretizar as políticas de desenvolvimento e simultaneamente, conseguir as metas internacionais agora implícitas nas políticas públicas nacionais. O Estado concretiza o *Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar* (PAAE) onde o governo adota o papel de parceiro e passa a trabalhar de forma horizontal, com uma rede interorganizacional de parceiros no âmbito da alfabetização. De referir que, ao governo local é acrescida a função regulatória de todo o processo no sentido de assegurar a governança do bem público comum, nomeadamente, o acesso e a qualidade de educação a todos os jovens e adultos. Todos os parceiros, embora de natureza diversa, consideram que o Estado na figura do MED é o órgão reitor da educação.

Uma parceria estabelecida ao nível meso, segundo o governo central, baseia-se num conjunto de responsabilidades atribuídas a cada parceiro. A noção que o governo local tem de parceria é mais completa, pois considera que uma parceria são duas instituições/organizações que reúnem os seus recursos para alcançar um fim comum, desta feita, as parcerias com as igrejas, e/ou com as empresas, baseiam-se neste princípio e são fundamentais, pois elas têm contribuído para a

redução significativa do analfabetismo. Assim são as parcerias sociais: (1) aquelas que se equilibram entre a competição e a cooperação, (2) baseadas em relações *win-win*; (3) são estratégias de cooperação para o desenvolvimento, onde a empresa poderá ser um bom parceiro desde que as regras estejam claramente estabelecidas e que determinadas disposições de cooperação dialógica se façam sentir em todo o processo.

3. A noção de Cooperação Dialógica e as Disposições para cooperar

Sabendo que as parcerias são fortes impulsionadoras do desenvolvimento (OCDE, 2015), o trabalho de CD enquadrado num *paradigma da intersubjetividade ou de intercompreensão*, requer uma predisposição para ouvir/escutar o outro, de forma a ultrapassar as barreiras culturais, preconceitos e/ou ideias feitas, que muitas das vezes são os obstáculos ao sucesso de constituição de parcerias, bem como a realização do trabalho de cooperação (Ferreira & Marinho, 2012; Delgado, 2013; Mauri, 2013). É nesta preocupação de ouvir o outro e de o conhecer que se estabelece uma relação horizontal entre as partes e sobre a qual se estabelecerá o trabalho de **Cooperação Dialógica**. Neste sentido, a busca permanente de *soluções caso-a-caso* impulsionadas pelas prioridades de cada país, o estabelecimento de *parcerias sociais* entre os parceiros para o desenvolvimento, entre outros, o sector privado pressupõe que se denotem algumas *Disposições*³ de *Cooperação* fundamentais como as que se seguem, da parte das entidades envolvidas, nomeadamente das empresas.

³ Usa-se o conceito de disposições de Nóvoa (2003), quando ele afirma que para além das competências que devemos ter coloca-se a tónica numa (pré) disposição que não é natural, mas construída na definição de uma posição com forte sentido cultural, construída no interior das pessoas e acrescenta-se, das organizações, uma vez que estas últimas são construídas por pessoas.

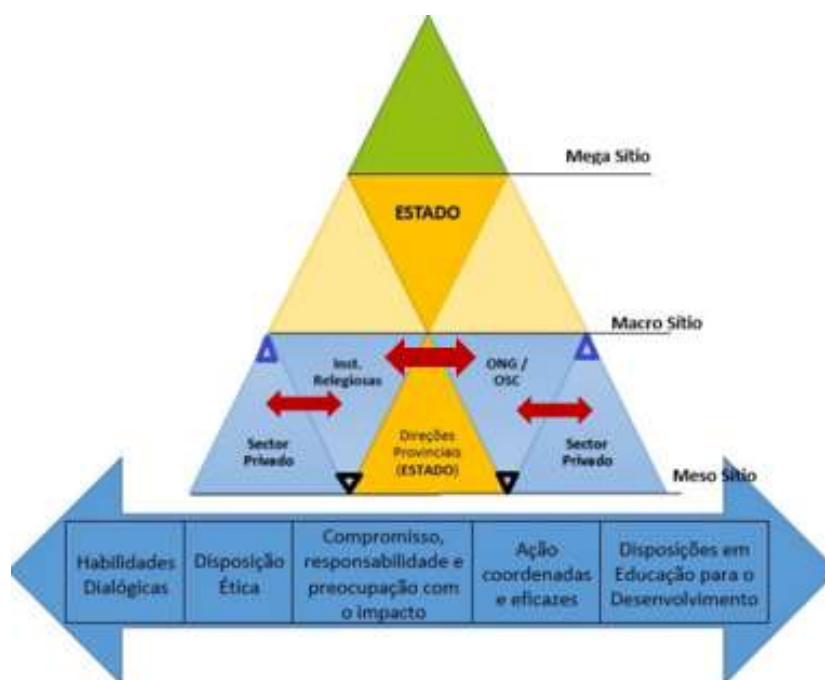


Figura 2 – Entendimento sobre Cooperação Dialógica para o Desenvolvimento

3.1. *Disposições de cooperação dialógica* no sentido de entender e mostrar-se recetivo ao outro para agir em conjunto (Sennett, 2012). As poucas empresas que existem em Angola preocupadas com estas temáticas, essencialmente a que foi estudada, apresenta (a) *disposições organizacionais cooperativas* pois mostrou-se disponível para cooperar, ao procurar o Estado e é devidamente regulada por ele nesta área específica. Evidencia-se um diálogo entre os diferentes atores no sentido de se estruturar uma linguagem comum entre o Estado e a rede interorganizacional de parceiros. A empresa também apresenta (b) *disposições comunicacionais cooperativas* pois considera que existe uma simbiose, uma sinergia e um diálogo aberto e construtivo com o governo, o que lhe permite também beber da sua experiência, tanto a nível da organização metodológica, como pedagógica o que lhe permite muitas vezes enquadrar, reajustar e melhorar os seus caminhos. Por fim, a empresa também apresenta (c) *disposições reflexivas cooperativas*, pois admite que sempre teve a intenção de trabalhar esta área em parceria com o MED e nunca ser independente no processo de alfabetização. Pretende trabalhar em equipa e prova disso é que partilha os seus recursos, criados internamente, com o Estado e admite que se o processo de alfabetização fosse um processo apenas interno não

seria sustentável por causa da falta de ligação ao exterior. Além destas, a empresa apresenta um (d) *pensamento reflexivo sustentável* pois prevê o desfecho dos projetos e têm a preocupação em encaminhar os alunos para o parceiro estatal, embora nem sempre tenham sucesso nesse encaminhamento.

Contudo existem também (e) *indisposições cooperativas*, que se repercutem nas limitações da ação que as empresas apresentam no âmbito do seu trabalho nesta área. Pois as parcerias que estabelecem com o governo são limitadas no tempo, as suas atividades sociais dependem das suas metas económicas, no entanto, ambas poderão conviver. No caso de uma instituição que pertence à igreja a sua indisposição é de natureza diferente, pois a igreja esteve, está e estará no contexto. O problema é que nem sempre as igrejas terão os recursos materiais necessários como os recursos que a empresa tem, porque a empresa na sua planificação orçamental prevê não só o desenvolvimento económico da empresa mas também e o desenvolvimento da atividade social, embora as duas coisas terminem no tempo. No caso de uma instituição como uma ONG a indisposição está relacionada com o tipo de financiamento a que esta tem acesso. Assim, se a ONG tem o financiamento externo consegue muito mais do que se tiver apenas um financiamento interno o que limita a sua ação. São poucas as empresas que conseguem sobreviver com financiamentos internos.

3.2. Disposições éticas num trabalho para o desenvolvimento sustentável que se concretizam em competências e preocupações éticas relacionadas com a cooperação entre parceiros. Segundo o estudo realizado o governo central considera que, no âmbito do PAAE, trabalhar com as empresas é um desafio, isto porque o trabalho com as mesmas é difícil, pois na sua opinião o que conta para estas instituições é o lucro e não são muitas as que estão sensibilizadas a “perder tempo” com a alfabetização. O governo tem apelado à responsabilidade social, mas são poucas as empresas que o fazem nesta área, assim o governo desvaloriza a temática e sublinha a presença constante dos parceiros mais tradicionais como igrejas e as associações no que refere à alfabetização.

Em contrapartida a opinião do governo local (que tem maior proximidade e conhecimento das parcerias) é ligeiramente distinta, pois consideram que uma empresa poderá fazer um trabalho tão bom como outro parceiro, não existem

muitas diferenças no produto final e os resultados são necessários. Evidencia-se assim que o trabalho das empresas, embora ainda seja descurado a um nível macro, a nível meso ele é bastante valorizado, sendo-lhe atribuído um papel de suporte financeiro, o que contribui para a superação de algumas dificuldades do próprio governo central. Contudo, esta análise incita o enunciar de outras questões no que refere ao papel das empresas no âmbito do PAAE. Será que a sua função se limita a este papel mais financeiro? Que trabalho, tem sido realizado, que seja motivo ou que justifique a opinião favorável do governo local que iguala o trabalho de uma empresa a um parceiro mais tradicional? Porque não existem mais empresas a trabalhar nesta área?

No estudo realizado foi possível concluir que em Angola falta uma concertação ao nível macro no que concerne as estas temáticas. Sublinha-se a ideia lançada pelos participantes da realização de um guia de responsabilidade social, um guia de investimentos em que as empresas interessadas possam optar pela área que querem enquadrar as suas atividades sociais, ou por exemplo uma plataforma digital passível de ser consultada com este fim por possíveis futuros parceiros do governo. Este é o momento para o governo atuar de forma ética e que contribua para a um desenvolvimento sustentável, pois apostando neste primeiro caso, como refere o governo local, poderá tirar lições e conhecimentos desta parceria de forma a partilhar respetivo modelo com futuros parceiros.

Este trabalho ético passa também pela preocupação, da parte do Estado, em monitorizar o trabalho das empresas. No geral esta monitorização é realizada não só com as empresas, mas também, com todos os parceiros no âmbito do PAAE, nomeadamente, as igrejas e ONG, apesar da existência de um conjunto de constrangimentos subjacentes. Contudo, ao contrário do que as diretrizes de atuação ética recomendam, a divulgação dos resultados fica um pouco à quem pois algumas das estatísticas alcançadas pela empresa acabam por ser diluídas nos resultados locais relacionados com os resultados do governo ou outras instituições e que mais tarde ascendem ao nível meso de forma omissa quanto à origem.

No que refere a incentivos da parte do governo ao setor privado, demonstra-se pelo estudo realizado, que apesar de existir a referência a um incentivo fiscal no documento oficial do PAAE, apresentando-se como facto motivador à participação dos parceiros do setor privado, ele na realidade não acontece, aliás todos os

parceiros e mesmo o governo local desconhecem a sua existência. Em contrapartida reforça-se a importância deste incentivo, pois a sua existência poderia contribuir para: que um número maior de empresas se associassem, para que se desenvolvessem melhores práticas de cooperação, para o estabelecimento de regras de atuação das empresas em terreno angolano nestas áreas sociais e, entre outras, protegeria as empresas na sua ação.

3.3. Disposições de compromisso, responsabilização e respetivo impacto positivo

Os casos analisados na presente pesquisa, evidenciam que os compromissos de cada parceiro resultam dos próprios objetivos internos à instituição, o que reforça e legitima o seu envolvimento na parceria com o governo. Neste sentido, os objetivos do parceiro **empresa** coincidem com o compromisso que tem com a alfabetização dos seus colaboradores e com o governo pois a empresa pretende (1) reduzir de forma progressiva e sustentável o analfabetismo dentro da instituição, pois não pretendem ter colaboradores com um nível de literacia nulo, uma vez que, na falta destas bases é impossível atribuir algum tipo de formação profissional. (2) Pretendem constituir uma plataforma que lhes permita proporcionar aos colaboradores não só a alfabetização, mas também, o equivalente à quarta e sexta classe reconhecida pelo governo. E por último, (3) pretendem através do PAAE complementar uma das responsabilidades assumidas pela empresa que é o desenvolvimento humano, pessoal e cultural de todos os colaboradores, uma vez que através deste programa, existe um conjunto de outros projetos a si complementares que se constituem com esta finalidade, como é o caso da capacitação interna de alfabetizadores, construção interna de materiais didáticos, Coletivo de Saberes (um grupo ligado ao teatro e a cultura local), entre outras, a biblioteca.

No que refere às formas de responsabilidade e de transparência que deveriam existir, ainda há um caminho árduo a percorrer. Nesta linha de pensamento, o primeiro passo que deveria ser dado seria possibilitar às empresas serem representadas na *Comissão Nacional de Alfabetização*⁴, a um nível macro, como

⁴ A Comissão Nacional de Alfabetização tem as seguintes atribuições: avaliar e monitorar o programa, orientar e controlar os seus órgãos, entre outros, aprovar e apresentar relatórios sobre o andamento dos respetivos trabalhos.

mais um parceiro credível de desenvolvimento do programa, uma vez que as ONG e as instituições religiosas já o são.

O estudo realizado conclui que as parcerias têm um impacto positivo nas pessoas e no desenvolvimento local. Por um lado, porque os primeiros beneficiários são os alfabetizando e quando os alfabetizando são mulheres o impacto no desenvolvimento local é ainda mais evidente, pois influenciam os resultados ligados aos seus negócios, à educação dos seus filhos, futuros cidadãos angolanos. Por outro, o governo considera que há impactos positivos que resultam destas parcerias, pois estas auxiliam o governo que sozinho teria dificuldades em obter maiores estatísticas para a diminuição do analfabetismo, uma das metas assumidas a nível mega.

Por fim, há um tema relacionado com este subponto, no âmbito das diretrizes das políticas da ajuda comunitária, que requer alguma reflexão como é o caso da questão da ajuda desligada ou a desvinculação da ajuda. Reconhece-se que a desvinculação da ajuda é um fator importante de qualquer política de desenvolvimento coerente a favor dos pobres. Contudo e em primeiro lugar, esta política não é uma política de ajuda, mas sim uma política de cooperação concretizada em parceria e que prevê a eficácia do desenvolvimento local, através das quais, as partes implicadas dela retiram algum proveito. Em segundo lugar e resultante do primeiro ponto, há sempre uma intenção intrínseca às motivações que os parceiros têm em constituírem parcerias sociais, por exemplo no caso das empresas, acaba por ir buscar um diferencial competitivo no mercado, pois ganham lucros a longo prazo, tais como, uma mão-de-obra qualificada que se repercute num aumento da qualidade de produtividade, na fidelização dos trabalhadores, numa imagem positiva e reforçada perante a comunidade onde atuam e perante o próprio governo. Cada parceiro retira destes arranjos organizacionais o seu proveito, não obstante, é necessário a atenção no que refere aos fluxos financeiros, materiais ou recursos humanos que são mobilizados no âmbito destas parcerias para que estes não percorram apenas um sentido. Cabe às instituições implicadas nestas parcerias dialogarem com o Estado de modo a clarificar sobre o que podem ou não disponibilizar, onde o vão adquirir e de que forma o irão adquirir. Em contrapartida, da parte do Estado, cabe atribuir maior transparência ao processo, clarificando o que pode ou não disponibilizar,

reconhecer todos os parceiros que atuam no âmbito das parcerias atribuindo-lhes a autoria dos seus resultados.

3.4. Disposições de ação coordenadas e eficazes

Perante uma rede extensa de parceiros locais, no âmbito de desenvolvimento do PAAE, torna-se fundamental adotar medidas que permitam a eficácia desta prática de cooperação para o desenvolvimento. Algumas dessas medidas encontradas no desenvolvimento desta prática de cooperação, pois esta tem uma liderança de alto nível como é o caso do governo nacional que se desdobra em governo local através das DPE. É uma prática de cooperação que envolve instituições internacionais (neste caso empresa e igreja), mas que é vocacionada para ação no contexto específico, é um modelo de parceria que responde ao desafio existente, ou seja, é uma solução de cooperação caso-a-caso como aqui já foi mencionado. Como tem uma única liderança permite ser bem gerida, contribui para a não duplicação de esforços e a fragmentação da medida, permite a clarificação de funções e responsabilidades, permite uma orientação clara para os resultados mantendo uma monitorização através de um processo adequado aos seus parceiros e se os parceiros entenderem, permite uma mobilização de recursos adequada às suas necessidades. Esta política pública de cooperação para o desenvolvimento permite a realização destes itens, no entanto, não quer dizer que estes sejam concretizados todos e na sua máxima eficácia.

3.5. Disposições em Educação para o Desenvolvimento (ED)

Estar disposto a pensar e agir em ED é contribuir para que se crie um pensamento crítico sobre o mundo e sobre si próprio, de forma a agir coerentemente e no sentido da transformação social. Neste sentido, evidencia-se que o governo convida os parceiros sociais à ação, pois considera que a alfabetização não é uma tarefa só sua, mas uma tarefa que envolve toda a sociedade, os parceiros acabam por ser envolvidos nas parcerias como “forças vivas da nação”. No entanto, o governo tem consciência de que as motivações que levam os parceiros a associarem-se não são apenas de cariz solidário. Contudo, o trabalho cívico e transformador é realizado, (1) pois os colaboradores são formados, em vez de serem dispensados e substituídos por mão-se-obra mais qualificada e (2) é realizado um trabalho que

contribui para a minimização das desigualdades, pois a empresa, de acordo com os seus valores, quer dar oportunidades de formação aos colaboradores mais antigos, mas sem as bases não consegue logo admite ser necessário superar tais lacunas escolarizando-os.

Ao analisar as práticas de CD ao nível meso, identifica-se uma rede de distintos parceiros do governo local que se juntam para administrar problemas comuns. Esta rede é ligada por nós diversos que representam diferentes tipos de parcerias (com ou sem Estado), nomeadamente, as (1) *parcerias sociais* entre uma instituição e o Estado com o intuito de desenvolver uma resposta educativa (PAAE), ou em contrapartida, (2) *parcerias sociais estratégicas* entre duas instituições com o intuito de juntarem recursos e conhecimentos para melhorarem a respetiva resposta educativa pública que resulta de políticas educativas endógenas.

4. Conclusões

Cooperar para o desenvolvimento requer disposição para o diálogo, saber desaprender e voltar a aprender, fazê-lo de forma ética, assumir compromissos e responsabilidades, ter uma ação coerente para a transformação social concretizada através de uma perspetiva glocal. A cooperação é uma área sensível que requer a acumulação de esforços, tanto da parte dos doadores como dos beneficiários, com o objetivo de ambos poderem caminhar juntos no sentido do desenvolvimento (Caetano, 2012).

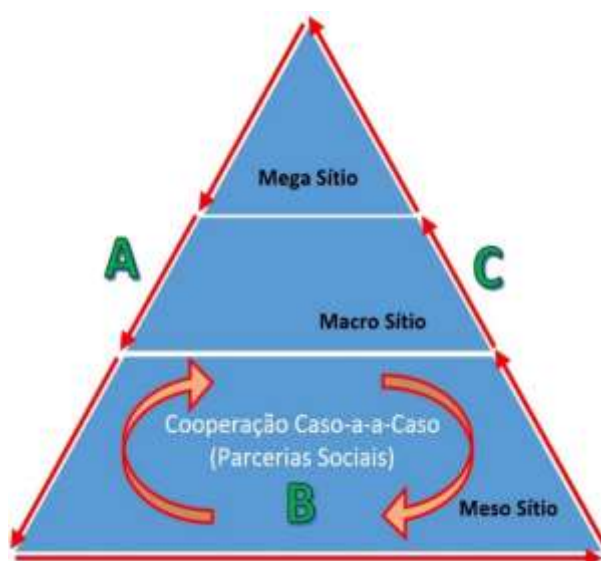


Figura 3 – *Epistemologia Situada de Cooperação para o Desenvolvimento*

Retomando o modelo teórico de análise e através de uma perspectiva de governança pública, confirma-se no estudo realizado a ideia de que as políticas públicas podem transformar os sistemas educacionais, desde que exista vontade política e recursos adequados (UNESCO, 2008) ou que o nível macro governamental decida aproveitar de forma eficaz os recursos que já existem.

Resumindo o que acontece no contexto poder-se-á entender ao se identificar três distintas situações, uma **situação A** nomeadamente a *apropriação situacional* quer de práticas quer de políticas que estimulam uma maior capacidade local de construção endógena de desenvolvimento. Uma **situação B**, uma vez que é no âmbito de uma *Cooperação Dialógica* entre os diversos parceiros, através de modalidades caso-a-caso (parcerias sociais e/ou estratégicas) que os agentes terceirizados de CD encontram o seu espaço e dão o seu contributo para o desenvolvimento. Por fim uma **situação C** onde os resultados estatísticos decorrentes destas práticas percorrem um trajeto peculiar que poderá/deverá ser entendido como uma oportunidade a ser maximizada.

Em suma, numa era Pós-2015 e segundo uma **Epistemologia Situada de CD** para (co) operar para o desenvolvimento glocal será necessário: (1) um conhecimento situado; (2) um efetivo diálogo entre pares enraizado culturalmente e (3) uma maior atenção e escrutínio ao trajeto peculiar percorrido pelos resultados que por vezes condicionam o desenvolvimento.

5. Referências bibliográficas

- Anderson, M., Brown, D., Jean, I. (2012). *Time to listen: Hearing people on the receiving end of internacional aid*. CDA Collaborative Learning Projects: Cambridge: Massachusetts.
- Caetano, F. (2012). *A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projetos* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Delgado, C. (2013). *O impacto da cultura na formação de alianças empresariais: O caso dos empresários donos de micro e pequenas empresas de Cabo Verde* (Tese de Doutoramento). ISCTE / IUL. Instituto Universitário de Lisboa.
- Ferreira, J., Marinho, R. (2012). *A estratégia húngara de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID): uma análise histórica*. Fronteira, v. 11, n. 22, 120 - 140, 2º

sem. Belo Horizonte.

- Lopes, C. (2012). *Mudança de paradigma em Angola: da ajuda de emergência ao desenvolvimento. Papel da Cáritas de Angola e suas associadas na educação e formação de recursos humanos*. Retirado de http://www.caritasangola.org/pdf/estudoCaso/FCT_Coloquio_Internacional_Iberico_Artigos_ActasII_COOPEDU_21_09_2012.pdf
- Mauri, G. (2013). *Organizações Não-governamentais e Desenvolvimento Análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- MED (2012). *Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização (2012-2017)*. Luanda. República de Angola.
- MED (2014). *Balanço anual da educação de adultos – 2014*. Luanda: Direção Nacional da Educação de Adultos.
- MPDT (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial) (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. Luanda. República de Angola.
- Nóvoa, A. (2003). *Conferência proferida no II Congresso de Educação do Marista de Salvador*. Retirado de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/685/1/21205_ce.pdf
- Panhuy, H. (2006). *Do desenvolvimento global aos sítios locais: uma crítica metodológica à globalização* (Tradução de Michel Thiollent). Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais.
- Sennett, R. (2012). *Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação*. São Paulo: Editora Record.
- UNESCO (2008). *Relatório de Monitoramento Global de 2009. Superando Desigualdades: por que a governança é importante*. Editora Moderna: Brasil.
- Zaoual, H. (2010). *O homo situs e sua perspectiva paradigmática*, (Tradução de Letícia Mei) OIKOS. v. 9, nº 1, p. 13-39. Rio de Janeiro. Retirado de [file:///C:/Users/Carolina%20Mendes/Downloads/196-519-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Carolina%20Mendes/Downloads/196-519-1-PB%20(1).pdf)